



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: ESTADO 11
Data: 27/11/2012

Deso tem apoio do MPE para combater furto de água

A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) agora conta com um importante aliado para combater o furto de água no município de Canindé do São Francisco. Na manhã desta segunda-feira, a empresa recebeu a visita do promotor de Justiça, Emerson Oliveira Andrade, que assegurou apoio do Ministério Público do Estado às ações da empresa contra infratores que prejudicam o abastecimento de água naquela região.

Em reunião realizada na sede da empresa, o gestor da Unidade Negócios Sertão da Deso, Carlos Anderson Pedreira, aproveitou a presença do promotor de Justiça para mostrar que o combate ao furto de água

é imprescindível para melhorar o fornecimento de água em diversas localidades de Canindé. Segundo ele, otimizar a oferta de água para os moradores é, inclusive, uma recomendação do MPE.

"Na semana passada, a Deso fez um levantamento apurado no município e constatou que a deficiência na prestação do serviço de abastecimento no local é motivada pelas ligações clandestinas de água", explica Anderson, destacando que enviará, até o fim do mês, um relatório descritivo da situação para subsidiar a intervenção da promotoria no combate às infrações.

Após tomar conhecimento dos prejuízos causados pelos casos de furto de água, o promotor Emerson

Oliveira se propôs a ingressar com procedimentos, a exemplo de ação criminal, contra os infratores nos pontos mais demandados. Hoje, as áreas mais prejudicadas pelo enorme volume de ligações irregulares são os assentamentos Curituba e Cuiabá, além da sede do município de Canindé.

"Verificamos que há conjuntos habitacionais onde quase todas as ligações são clandestinas", alertou Anderson, em meio à reunião conduzida pelo diretor Técnico da Deso, Carlos Fernando de Melo Neto. Uma das preocupações da Deso é que intervenções ilegais no sistema de fornecimento de água, como furtos e desvios, causam diretamente o desabastecimento, deixan-

do os usuários vulneráveis a perda de pressão de água nos imóveis.

Assim que o compromisso entre a Deso, o Ministério Público e o Município for oficializado através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será possível fechar o cerco contra as pessoas que não respeitam o serviço de fornecimento de água potável para população. "Existem desde postos de lavagem até sistemas de irrigação e pequenos consumidores individuais que se utilizam do furto de água irregular", descreve Anderson, ao pontuar que a ajuda do Ministério Público dará um reforço ao trabalho da empresa e os moradores serão os maiores beneficiados.